



ABRAPSO EDITORA

OFICINANDO EM REDE

CO-HABITAR

TEMPOS IMPOSSÍVEIS

ORGANIZAÇÃO

Vanessa Maurenre e Cleci Maraschin

OFICINANDO EM REDE CO-HABITAR TEMPOS IMPOSSÍVEIS

ORGANIZAÇÃO

Vanessa Maurenre

Cleci Maraschin



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2023



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Oficinando em rede [livro eletrônico] : co-habitar
tempos impossíveis / organização Vanessa Soares
Maurente , Cleci Maraschin. -- 1. ed. --
Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2023.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-25-2

1. COVID-19 - Pandemia 2. Educação 3. Psicologia
educacional 4. Políticas públicas 5. Saúde mental
I. Maurente, Vanessa Soares. II. Maraschin, Cleci.

23-172617

CDD-370.15

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia educacional 370.15

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Realização



Financiamento



Apoio



Projeto gráfico: Arnaldo Bublitz

Imagem de capa: Ali do Espírito Santo

Design de capa: Ali do Espírito Santo e Arnaldo Bublitz

A CRÍTICA SUBAQUÁTICA: POLÍTICAS NARRATIVAS E EXPERIMENTAÇÃO DE SI

Luís Artur Costa
Rodrigo Lages e Silva
Iacã Machado Macerata

O PEIXE NO AQUÁRIO

Um peixinho dourado nada no aquário. Tudo começa com a seguinte pergunta: “quem sabe mais do aquário do que o peixinho?”. E logo nos questionamos: “mas saberá o peixinho que ele vive num aquário?”. Afinal, o que saberia o peixe da água e do aquário no qual sempre viveu imerso e jamais saiu? Para perceber, muitas vezes precisamos estranhar, e como poderíamos estranhar aquilo que nos é mais familiar? No livro *A Revolução das Plantas*, de Stefano Mancuso (2019), é citada uma pequena anedota originalmente apresentada por David Foster Wallace (2012) em um discurso para formandos e formandas no ano de 2005.

Há dois peixes jovens, um ao lado do outro, que conhecem um peixe mais velho que, nadando na direção oposta, acena para eles, dizendo: “Bom dia garotos! Como está a água hoje?”. Os dois peixes jovens continuam a nadar durante algum tempo, depois um deles olha para o outro e pergunta: “Mas que diabo é água?!” (Wallace, citado por Mancuso, 2019, p. 159)

Evidentemente a anedota nos coloca a aguda questão de que muitas vezes desconhecemos por completo aquilo que nos é mais íntimo, exatamente por não conseguirmos sequer imaginar, sentir e pensar fora de tal meio no qual estamos imersos. Ainda que sejam elementos presentes na nossa existência, são quase como *a priori*, pois já nascemos imersos em tais meios.

Em seu texto *O que é a crítica?*, Foucault (2015) nos lembra que, diversas vezes, o invisível se faz invisível pelo excesso de visibilidade e não por meio de qualquer estratégia de ocultamento. A crítica, esse gesto cognitivo e ético tornado central na prática intelectual ocidental por Kant (2009), teve desde sempre essa

inconformidade com a evidência, essa busca pelas condições através das quais algo se torna verdadeiro, seja como dado da consciência, seja como fato estético, seja como fato moral. Mas, seguindo a linha do filósofo alemão, ainda pensamos esse aquário como algo muito estruturado e objetivo, constricto em um espaço-tempo, ao passo que nossas águas desbordam por oceanos e mares, pelo ciclo de condensação e evaporação das águas, pela deriva cósmica das moléculas que dão sustentação à vida ou das partículas que dão emergência à matéria e assim por diante. Nosso meio é menos estruturado do que imaginávamos. É, sim, mais estruturante: cenário de forças e de velocidades que jogam toda uma história, a qual tampouco nos é inteiramente perceptível.

Quando buscamos essa verdade como fato da consciência, do gosto ou da justiça, percebemos que o que dá forma e continência a essa grande deriva, que Félix Guattari (2006) chamou de caosmótica, são forças diegéticas que desaceleram, organizam, incitam refrões, ritornelos no meio indômito no qual estamos inseridos, os tornando passíveis de narração. Informam-nos sem que estejamos cientes daquilo que é razoável, belo e justo. Mas todas as narrativas aptas a nos informar infra perceptivamente dessas importantes diferenciações vicejam? No texto *Isto é a água?*, de David Foster Wallace, o autor americano coloca em questão os riscos de permanecermos enclausurados em certas políticas narrativas (Costa, 2020), sentindo, pensando e agindo uns com os outros sempre a partir de certas gramáticas que tendem a definir a ontologia do mundo. São políticas narrativas que nos confinam ao delimitar um certo panteão tipológico de personagens e um certo campo de possibilidades de dramas a serem, por esses personagens, vividos. No mesmo sentido, Ursula Le Guin (2021), em *A teoria da ficção como cesto*, problematiza nosso extremo centramento em modos narrativos tomados pela estilística do heroísmo, sempre desenhando os dramas em termos de protagonistas, antagonistas, competições, conquistas e superações. Ursula Le Guin sagazmente nos questiona o quanto poderíamos ganhar ao experimentar mais as narrativas de cultivo e coleta, ainda que certamente seja muito mais fácil contagiar um coletivo pelas afetações heroicas e sua retórica épica de ápices e quedas, do que provocar a imersão das pessoas em uma política do narrar marcada pelas síncopes rotativas do ritmo das estações e do dia a dia. O que esse exercício de outras políticas do narrar, com outros enredos, outros ritmos e territórios narrativos, poderia transformar em nós e em nossos modos de nos constituirmos como coletivos?

Nossa vida em sociedade é estruturada por narrativas dobradas nos dispositivos de marcação de distinções sociais desde políticas narrativas naturalizadas em nosso meio, como, por exemplo, as políticas narrativas da branquitude patriarcal cisheteronormativa, capacitista e logo-laboralmente neurótico-centrada. Tais políticas narrativas performam hegemonicamente nosso meio narrativo e contagiam, de modo massivo, nosso ecossistema de afetos, pensamentos, sentires e fazeres. Elas

costumam naturalizar a si mesmas ao ponto de conseguirem nos convencer de que não seriam perspectivas normativas de um contrato de dominação (Mills, 2021), mas sim a voz da natureza, ou ainda as leis da sociedade, da moral e do mercado. São narrativas que deliram a si mesmas enquanto “transparentes”, como se fossem “deslocalizadas”, como se fossem a voz do universal diante do qual seríamos todos iguais. Como se não fossem elas mesmas apenas uma parte, uma possibilidade, uma efetuação das potências que fluem na deriva caosmica.

O que talvez o peixinho mais velho da anedota de Wallace saiba é que não se trata de posições universais, mas sim de posicionalidades com interesses, perspectivas e privilégios próprios. A consequência inexorável de sabermos que existem forças invisíveis que sustentam nosso viver e informam ou conduzem as nossas condutas é perceber que essas forças naturalizam jogos de opressão, naturalizam contratos sociais de dominação, naturalizam os modos de sentir e de pensar presentes nas políticas narrativas da branquitude, do patriarcado, da cisheteronorma, do capacitismo, enfim, dos modos de sentir e pensar presentes nas políticas narrativas de uma vida e da sociedade pensadas sempre a partir do trabalho e para o trabalho; práticas de individualização meritocratas e culpocratas, que negam as condições de possibilidade sócio-históricas em seus vieses abissalmente desiguais. Como poderemos deslocar meios narrativos para ativar variações e devires nas nossas políticas do narrar se estamos sempre imersos nelas a tal ponto que nem ao menos as percebemos?

O SALTO E A QUEDA

Retomemos a imagem do pequeno peixe em seu minúsculo aquário. Imaginemos que nosso pequeno peixinho é tomado por um desassossego ou por um desejo irrefreável de brincar. Nesse movimento, ele se agita e circunda com rapidez e agilidade as fronteiras vítreas do seu mundo. Mas, de repente, como em um esgotamento desse movimento circular e de zigue-zague horizontal, ele se volta intempestivamente para cima e nada freneticamente sem horizonte até emergir da fronteira aquosa e imergir, por alguns instantes, no imenso meio gasoso que circunda seu aquário. Imaginem o pequeno peixe emergindo da água como um míssil lançado de um submarino. Ele adentra o meio gasoso e sente o escorrer das gotas do meio aquoso, no qual antes se encontrava, abandonarem a superfície das suas escamas. Ao mesmo tempo, uma nova condição de pressão, temperatura e tato se apresenta ao seu plano sensível. Novas possibilidades de perceber se fazem sentir. Ao retornar para seu meio aquoso, ele experimenta aquilo que era sentido como nada, a água, como sendo muito mais do que ausência, pois ele se percebe a romper uma superfície concreta, a qual nitidamente se impacta contra a força do peso daquele pequeno corpo. Não se trata de uma libertação do peixe

que se emancipa do seu aquário, mas da possibilidade de transpassar meios, de atravessar dois meios distintos, colocando-os em um contraste que dá nitidez a ambos. O aquário não é uma ilusão, o meio gasoso que envolve o aquário não é mais real do que o meio aquoso da translúcida morada do peixinho. Mesmo que se possa alegar que, nesse caso, o meio gasoso da atmosfera circundante é milhares de vezes mais amplo do que o meio delimitado pelo pequeno aquário. Mesmo assim, não se pode dizer que o aquário é menos real do que a sala na qual ele se encontra. Ambos os meios são reais. O que ocorre não é o desfazer de uma ilusão e o desvelar de uma realidade, mas sim a multiplicação e a complexificação do campo de possibilidades da realidade daquele pequeno peixe, ao saltar sobre si e retornar ao aquário. No entanto, retorna outro, com outra história e experiência, um retorno que transforma tanto o peixe quanto o aquário.

A experimentação limiar do nosso pequeno peixe permite que ele desloque seus próprios limiares do que é capaz de sentir, pensar, fazer e narrar. Uma experiência limiar que aqui nos remete diretamente à operação crítica, ou seja, a operação que, quem sabe, pode nos auxiliar a deslocar e bagunçar nossa relação com os meios nos quais estamos inseridos.

Ao vislumbrarmos outros momentos do meio narrativo que habitamos, podemos vir a estranhar sua atual política narrativa. Pois vamos muitas vezes encontrar fragmentos narrativos que, concomitantemente, contrastam e se assemelham a fragmentos narrativos do ecossistema no qual estamos imersos. Encontraremos narrativas frente às quais as nossas são tanto rupturas como continuidades; encontraremos linhas de variação que afirmam repetições de políticas narrativas, ao mesmo tempo que tais políticas se diferenciam constantemente. Encontramos, assim, alteridades narrativas que nos permitem sermos sensíveis ao nosso próprio meio narrativo. E, ao realizarmos esse gesto crítico, passamos a habitar um outro regime de temporalidade, já não estruturado pela linearidade do progresso que as narrativas hegemônicas promovem, mas pelas ressonâncias estilísticas que conectam diferentes momentos da história em afinidades assombrosas. Por exemplo, um relato elaborado na metade do século XVI por Bartolomé de La Casa (1985), que narra os massacres impetrados pela coroa espanhola quando da invasão do continente americano, diz que “os espanhóis fizeram uma lei entre eles, segundo a qual por um espanhol morto faziam morrer cem índios” (p. 34). As condições de dizibilidade dessa política do narrar, que permite a La Casa fazer essa afirmação no século XVI, se conecta insuspeitadamente com o que é apresentado no livro e no *podcast A República das Milícias* (2021), elaborado por Bruno Paes Manso, no qual o autor nos conta que, no dia 29 de agosto de 1964, foi publicada no jornal Última Hora, do Rio de Janeiro, uma carta-manifesto intitulada “10 à 1, o preço”. Bruno conta que tal carta avisava a cidade que, para cada agente da lei morto, haveria dez mortes do lado dos “contraventores”. Tratava-se de uma pro-

messa de vingança relacionada à emergência de grupos precursores dos esquadrões de extermínio, os quais, por sua vez, possuem estreita relação com o surgimento das milícias (Manso, 2021). Vemos, assim, uma linha de variação que conecta intimamente a metade do século XVI aos anos 1960 e aos nossos dias, e que torna clara e evidente a continuidade do genocídio, a continuidade da lógica colonial em nossas terras, que segue promovendo a dominação por meio do terror. Faz-se ver, com uma nitidez, avassaladora a presença daquilo que Achille Mbembe (2020) chamou de ‘Políticas de Inimizade’, esses modos alterocidas de construir a sociedade por meio de violências que asseguram domínios e privilégios.

Seja olhando as narratividades, os refrãos que modularam o passado, seja encarando aquelas que nos circundam, falamos, em ambos os casos, da mesma operação. Nos dois exemplos de encontro com a alteridade, as operações críticas dão-se por uma atitude, uma disposição atencional que permite a emergência de encontros intempestivos heterotópicos (o ambiente gasoso em relação ao aquoso para o peixe) que produzem a experiência de diferença e de estranhamento. Operação crítica que tem por base a crise de um agenciamento si-mundo e que colapsa (Varela, 1995) a narrativa atual. Há concomitância do colapso do meio e da política narrativa, uma crise que veicula uma operação crítica que, por sua vez, começa pela promoção da sensibilização de nós mesmos sobre o que fazemos, como vivemos, o que pensamos e sentimos etc. Suspensão da política narrativa que sustenta e é sustentada em um agenciamento si-mundo, um corpo-meio, uma experiência-narrativa, uma perspectiva (Viveiros de Castro, 2015). Vemos nesse exercício limiar uma implicação ético-estético-política em sempre problematizarmos nosso campo de experiências possíveis para experimentarmos a invenção de outras formas de existir.

Ao modo do salto do peixe no próprio aquário, que, repentinamente, se choca com o que antes era confortável, vemos um exercício ético de tensionar nossas experiências de mundo para podermos imaginar outros modos de vivermos juntos. Um exercício ético que tem por base uma problematização estética do campo da experiência, almejando um objetivo político de inventar coletivos. Esses deslocamentos nas nossas políticas narrativas e em seus ecossistemas de sensibilidades, afetações, pensamentos e comportamentos podem ser aqui compreendidos enquanto uma das acepções possíveis para a operação usualmente chamada de “crítica”.

A crítica aqui — para nós, ao menos — é o salto e a queda do pequeno peixe no aquário. A posição de passagem entre os meios, o trânsito perspectivo que isso implica. Mas está longe do heroísmo da libertação ou do martírio, não há louros nem chagas, pois fala de uma aventura cotidiana de espantar-se com o que era banal até poucos segundos. É jogar-se na experiência limiar entre diferentes jogos. É a potência inventiva que cultivamos ao exercitar o brincar enquanto modo

de pensarmos nós mesmos e o mundo. A crítica, assim como o salto e a queda do peixe, é o colapso de um mundo pelo intenso exercício de sonhar enquanto política narrativa que não aquiesce a obediências e disciplinas. Ou seja, a crítica é um exercício do sonhar enquanto política narrativa que ultrapassa utilidades e funções pré-definidas, encontrando novos rumos. As palavras de Ailton Krenak, em sua obra chamada *Ideias para adiar o fim do mundo* (Krenak, 2019), nos auxiliam a compreender a radicalidade do salto e da queda do peixinho no aquário. Ele nos pergunta:

[p]or que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não faz outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. (2019, p. 30)

Na sequência, ele complementa:

[t]alvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu? (p. 57)

PEIXES E PEIXINHOS: DAS CONDIÇÕES DO SALTO

Em uma obra de final de vida, Jerome Bruner apresenta intuições contrastantes com a perspectiva cognitivista que marca todo seu trabalho anterior. Em *Atos de Significação* (Bruner, 1997), o autor traz um ponto de vista muito original sobre o desenvolvimento da linguagem que reposiciona a antiga polêmica de que ou começamos a falar após termos algo a dizer (Piaget) ou só passamos a ter algo a dizer depois que aprendemos a estruturar o pensamento através da fala (Vygotsky).

a aquisição da linguagem pela criança requer muito mais assistência das pessoas que delas cuidam, assim como interação com eles, do que Chomsky (e muitos outros) suspeitaram. A linguagem é adquirida não no papel de espectador, mas através do uso. Ser 'exposto' a um fluxo de linguagem está longe de ser tão importante quanto usá-la em meio ao 'fazer' [...]. A criança não está aprendendo simplesmente *o que* dizer, mas como, onde, para quem e sob que circunstâncias. (Bruner, 1997, p. 67, grifos do autor)

Bruner, ao seu modo, nos diz que falamos porque queremos narrar. E queremos narrar porque estamos, desde a mais tenra idade, imersos num mundo de histórias — e esse mundo é composto tanto por aspectos linguísticos quanto

por aspectos contextuais, afetivos e sensíveis, os quais a criança é capaz de captar muito cedo, muito antes de ser capaz de articular alguma palavra. É para narrar que a criança fala e, ao narrar, constrói a si mesma. O psicólogo discute o caso da menina Emily que, em seus primeiros solilóquios, vai produzindo um ensaio de *self* em diversas dimensões da vida, incluindo o que deve ser feito: “Emily tem que...”; o que acontecia na relação com os outros: “papai preparou um pedaço de pão de milho para Emily”; e o que ocorria no tempo consigo e com os outros: “nos domingos, Emily acorda cedo, às vezes nos domingos todo mundo acorda cedo...”. Os solilóquios de Emily, muito mais elaborados do que aqueles discutidos por Vygotsky e centrados no aqui agora como suporte para ação, indicam que a aquisição da fala expressa a necessidade de tomar parte na narração do mundo.

Outra pesquisa comentada por Bruner nesse livro dá conta da capacidade de os bebês, ainda em fase muito precoce e pré linguística, perceberem quando era contada uma história extraordinária e quando ela era comum, canônica. No segundo caso, nas narrativas sem grandes acontecimentos, os bebês mantinham pouca atenção e poucos *feedbacks expressivos*. Já quando as histórias eram incomuns, porque algum elemento divergente estava em cena, os bebês mantinham atenção e foco por mais tempo e reagiam com expressões faciais que interagiam com o desenrolar das narrativas. Para Bruner, isso indica que há uma capacidade de percepção pré linguística que é muito anterior à organização simbólica do pensamento. E essa capacidade tem relação com um interesse por aquilo que é incomum, que é divergente, que é extraordinário, o que também implica uma capacidade de reconhecimento do que é canônico, se não pelo seu conteúdo, mas pelo seu contexto. Tal como Hans, o cavalo que “sabia” calcular, comentado por Despret (2011), as crianças têm sensibilidade pré-perceptiva, isto é, percebem micro variações de entonação, de expressões faciais, de gestos, de respiração e, mesmo antes de decodificar simbolicamente essas alterações, sem saber que percebem e sem ajuizar o que sentem, conseguem construir sentido. É sobre essa base de competências pluripotenciais que a cultura sobreescreve um funcionamento logo-centrado, ajuizador, simbólico, calculador.

Embora tenhamos uma pré-disposição “inata” e primitiva para a organização narrativa, que nos permite rápida e facilmente compreendê-la e usá-la, a cultura logo nos equipa com novos poderes de narração através de seu *kit* de ferramentas e através das tradições de contar histórias e interpretá-las, das quais nós logo nos tornamos participantes. (Bruner, 1997, p. 74)

Daniel Stern (1985), ao descrever a emergência do *self* no bebê humano ocidental, aponta para uma dimensão do vivente humano que ele denomina de si-emergente: uma dimensão pré-pessoal, plástica, que é matéria-prima para

a feitura de um “si-mesmo”. Essa dimensão é abrangente na infância e vai diminuindo ao longo do desenvolvimento. Contudo, podemos dizer que sempre está presente. Os estudos de Stern demonstram que, além de pré-linguística, a percepção que serve de base de conexão com o mundo, onde se inscreverão modos de subjetivação singulares e coletivos, é uma percepção imediatamente afetiva ou vibracional: uma percepção transmodal, que não se assenta ou não tem origem em nenhum modo perceptivo em específico (audição, visão, tato). E, por isso, podemos dizer que não há uma estrutura informacional ou representacional, mas uma sustentação assignificante (Guattari, 2006) ou na dimensão prerrefletida da experiência (Passos et al., 2018).

Nosso salto do peixinho é instruído por essa cognição pré-informacional. Ele sente-sabe que algo está ali, o corpo pula como um míssil submarino porque se agencia com um fluxo de micro variações que não precisam que o peixe saiba que está na água ou que existe o ar, assim como a criança não precisa saber falar para detectar uma história venturosa. O peixe se lança e, ao fazê-lo, também está constituindo outro plano de sensibilidades, outro conjunto narrativo. Um peixe que sabe que existe a água e o ar, tal como uma criança passa a saber que existe o pai, ela mesma, o pão de milho e os domingos, ao mesmo tempo que se lança na direção dessas narrativas. Ela não sabe o que diz e nem diz o que sabe, apenas se constitui a si e ao mundo dizendo, narrando.

Por outro lado, se o peixe mais velho “sabe” da água, enquanto os peixinhos ainda nem têm noção do que seja isso, esse saber também será aquilo que fará o peixe mais velho apenas saber da água do aquário e do ar do ambiente, mas não do mar, nem das nuvens, nem do espaço sideral. O peixe mais velho está condenado a saber o que sabe, a menos que tenha conservado em si algo da sua sensibilidade de peixinho. Os peixinhos podem não saber o que é a água, pois sua capacidade de narrar ainda não está sobrecodificada pelas narrativas dos peixes mais velhos, sempre interessados em dizer “cuidado com a água”, “cuidado com o vidro”, “cuidado com os predadores”. Enfim, porque a experiência incorporada das forças estruturantes (não ainda totalmente estruturadas) que organizam o mundo está mais à sua disposição, por isso mesmo eles podem saltar com uma leveza impensável.

Numa das propostas para o próximo milênio, Ítalo Calvino (1990) relata que a literatura pode ensinar à vida cotidiana uma lição de leveza e, com isso, refere-se ao gesto do poeta Guido Cavalcanti, descrito no *Decameron* de Boccaccio, que, frente a um embate com *condotierres*, os cavaleiros-guerreiros que encarnavam as fábulas de heróis renascentistas, apenas “levíssimo que era, deu um salto arrojando-se para o outro lado e, desembaraçando-se deles, lá se foi” (Bocaccio, citado Calvino, 1990, p. 24). Ao invés de aderir ao pertencimento ao grupo de guerreiros ou de enfrentá-los, Guido se deslinda dessa narrativa com humor e leveza, algo que só

pode realizar, segundo Calvino, porque cultivava um “espírito de poeta”, e esse espírito refere-se a um interesse “epicurista” por todas as coisas, pelas sensações, pelo que é singelo e sem propósito. Essa atenção e interesse de espreita pelo que é incomum, pelo que ainda não é, pelo que está se insinuando nas brechas do tempo, permite que nos associemos à leveza do mundo. Ainda, segundo Calvino, são leves os átomos em seu clinâmen. Se fossem apenas pesados não poderiam senão cair, mas porque são leves, podem desviar, saltar e retornar a cair.

Com isso, acercamo-nos do que é próprio da experiência espacial dos peixinhos, isto é, o fato de ainda não ser uma experiência espacial organizada em termos de extensividade e de propriedades, mas de signos (Deleuze, 2003) e de hecceidades (Simondon, 2020). Ou seja, ordenada por fluxos infinitesimais de variações apenas sentidas e não compreendidas, mas que, no entanto, modulam domínios de ação, modos de se conduzir, fluxos de desejo. Esses fluxos formam condições que apontam, ao invés de sentidos-significados a ser descobertos, sentidos-direções a ser saboreados (Eugénio, 2019). O espaço que ainda não pode ser nomeado em sua substancialidade ou extensividade, que é apenas vivido, intuído, é um espaço transicional, no sentido que Donald Winnicott (2019) empresta ao termo: nem objetivo nem subjetivo, radicalmente relacional e perspectivo, o espaço transicional opera transicionalidades entre sujeito e objeto e dá sustentação a um domínio de ações, que é da ordem da invenção, do ensaio, do desejo, do lúdico. A experiência transicional em Winnicott também supõe a experiência crítica, no sentido de que a entrada na transicionalidade infere uma crise, uma desestabilização ou destruição: a quebra do objeto idealizado e, conseqüentemente, da onipotência narcísica do bebê. A virada crítico-clínica se completa com a sobrevivência do bebê e da maternagem. Destruição e sobrevivência formam a condição de possibilidade para o desvio clinâmico da invenção.

Dessa forma, quando falamos que a nossa vida social é marcada por políticas narrativas e que elas inscrevem padrões, ritornelos, refrãos de sentido, sobrescrevendo nossa própria capacidade de criar narrativas em composição com contextos nos quais estamos inseridos, tornando nosso interesse espontâneo por aquilo que é incomum e extraordinário em uma busca por explicação, conservação ou proteção contra tudo o que existe, estamos falando que essas políticas narrativas afetam, constroem, asfixiam a transicionalidade. Elas reiteram o mundo em sua lógica combativa e heroica, transformando a ludicidade num jogo de vencedores e derrotados. Elas transformam os peixinhos em pequenos peixes que não sabem “ainda”. E os velhos peixes em tristes “conhecedores” que pensam que já sabem. Em uma de suas definições de experiência, Walter Benjamin diz que ela é aquilo que os mais velhos dizem que possuem. “A máscara do adulto é chamada ‘experiência’” (Benjamin, 1993, p. 93). Por isso é muito válida a indicação dada por Giorgio Agamben (2007), colhida igualmente na obra de Benjamin, de que

o que diferencia as crianças dos adultos é que estes perderam sua capacidade de magia. Por capacidade de magia, Agamben, através de seu interlocutor, está dizendo que as crianças têm um tipo de relação com a linguagem na qual entendem que podem inventar-conjurar, por meio da locução, uma felicidade a qual não fizeram por merecer.

Apenas as crianças teriam essa relação inventiva com a linguagem onde o dizer-pensar é capaz de fazer existir o mundo, de modo que o prazer é fruto de um encanto, ou seja, de um arranjo impossível entre matéria e ideia. Ser adulto, ao contrário, é crer que a felicidade precisa ser conquistada, merecida, comprada e que ela já está dita, narrada pela história, basta saber interpretá-la. Afirmamos, neste texto, outra perspectiva, a de que a crítica envolve conservarmos uma relação transicional com o espaço, de tal maneira que as narrativas que o estruturam possam ser sentidas antes de ser entendidas e que consigamos distinguir, entre uma diversidade de narrativas, aquilo que escapa ao cânone bélico, heroico e epopeico das histórias de vencedores, para percebermos o que é da ordem do cultivo e do dom, do extraordinário e do imerecido, em outras palavras, do acontecimento. Com isso, seremos capazes de treinar nossa atenção, nosso corpo e nosso humor (nossas águas) para inacreditáveis saltos.

PEIXES E TUBARÕES: OS JOGOS VORAZES DO MEIO NARRATIVO CAPITALÍSTICO E SEU ECOSISTEMA DO HEROÍSMO

Karl Marx, em seu discurso no aniversário do jornal *The People's Paper*, proferido em Londres, no dia 14 de abril de 1856, utilizou a imagem do ar que nos circunda para provocar afetações em seus ouvintes, no que se referia à atmosfera revolucionária que teria emergido na Europa, durante os séculos XVIII e XIX, a partir da organização urbano-industrial do trabalho. Ele ressaltou que a transformação da agência laboral humana, possibilitada pelas invenções mecânicas movidas a vapor e à eletricidade, havia, pouco a pouco, mudado o meio no qual as pessoas estavam inseridas na Europa. Porém, como tais transformações dos meios narrativos e seus ecossistemas afetivos, comportamentais, de pensamento e de sensibilidade se deram pouco a pouco, em escala histórica, muitos não perceberam tais mudanças e não sentiam a atmosfera revolucionária que emergira em tal meio. Aqui, um breve trecho do discurso, no qual Marx faz uso do ar que nos envolve como figura poética, para dar corpo ao movimento da crítica:

[e]sta revolução social — é certo — não foi uma novidade inventada em 1848. O vapor, a electricidade e a máquina de fiação foram revolucionários de um tipo muito mais perigoso do que mesmo os cidadãos Barbès, Raspail e Blanqui. Mas, embora a atmosfera em que vivemos pese sobre cada um de

nós com uma força de 20.000 libras, senti-la vós? Não a [sentis] mais do que a sociedade europeia antes de 1848 sentia a atmosfera revolucionária que a envolvia e pressionava de todos os lados. (Marx, 1974, p. 543)

Ainda que ele esteja referindo-se à emergência de uma atmosfera revolucionária que permaneceu imperceptível para grande parte dos que estavam imersos nela, podemos também usar tal imagem para pensar um dos principais meios narrativos nos quais estamos inseridos desde nosso nascimento: o jogo capitalístico e suas políticas narrativas tão entranhadas e capilarizadas em nós. O jogo capitalístico de traduzir em suas narrativas, a tudo e todes, em termos de cifra, ou seja, seu jogo narrativo de sentir, de perceber e de pensar a tudo e todes em termos de capital. A atmosfera capitalística que nos envolve hoje é, preponderantemente, formada por um ecossistema de afetações que naturaliza os processos de mercantilização e de objetificação do mundo. O jogo narrativo capitalístico é um ecossistema que naturaliza a experiência de posse e de propriedade privada ao ponto de generalizá-la, inclusive em nossos enlaces afetivos mais íntimos, regulando-os desde uma estilística patriarcal cisheteronormativa colonizante. A política narrativa desse jogo micro e macropolítico emprega, ao capital, um tipo de tradutor universal que interpreta e reduz a vida, o meio ambiente e toda e qualquer singularidade em termos de ativos ou passivos financeiros, de um mercado presente ou de especulações futuras. É como uma máquina de moer que transforma toda e qualquer substância em salsicha. Mas, nesse caso, trata-se de uma máquina de codificar numericamente, que outorga um valor financeiro, uma cifra variável para todo objeto, evento, pessoa, memória, desejo, ação, relação, afeto, amizade e tudo mais que se possa imaginar, inclusive, para a própria imaginação.

O fato de estarmos imersos, desde o nascimento, em tal meio afetivo-cognitivo faz com que naturalizemos seus jogos narrativos e tornemo-nos insensíveis às suas políticas alterocidas. Muitas vezes, isso nos leva a crer que as coisas são assim mesmo, naturalmente, desde quase sempre. Tal naturalização nos incita a julgar como aceitáveis, ou até como inevitáveis, os violentos processos de objetificação mercantilizante. No limite, faz com que sejamos capazes de conviver e, muitas vezes, contribuir até mesmo com políticas de inimizade voltadas à aniquilação daqueles considerados, desde a perspectiva de tal política narrativa moderno-colonial, enquanto “outros”. Tal dispositivo da “outridade”, como nos alerta Grada Kilomba (2019), não é um reconhecimento da alteridade e da singularidade das pessoas. Pelo contrário, o dispositivo da outridade, constituído desde uma perspectiva moderno-colonial, serve exatamente para despersonalizar e objetificar, para mercantilizar e aniquilar todas e todos aquelas e aqueles que estão além das normas prescritas pela colonialidade. Para chegar a tal grau de naturalização e de insensibilidade, passamos séculos imersos em tais políticas narrativas com “eus

ideais” e “ideais de eu”, construídos a partir do modelo da cisheteronorma patriarcal, branca e burguesa. A tradução em cifras, por sua vez, é mais um dispositivo que se soma ao da outridade, nesse processo de objetificação e aniquilação, por meio de um ecossistema afetivo-cognitivo baseado na produção de hierarquias do ser. Desde tal política narrativa moderno colonial capitalística, estamos todos escalonados em uma hierarquia passível de ser traduzida em termos econômicos, que reserva a extrema objetificação mercantil ou a violenta aniquilação para aquelas e aqueles aos quais são reservados os menores postos em sua estrutura. Tal posição de subjugação e aniquilação é sustentada pelo amor à conquista e pelo ódio ao conquistado. O ódio aqui é um afeto de negação, um afeto que anula e objetiva a existência do outro, que é tomado por completo por nossa enxurrada libidinal. Há um nítido ódio aos que são considerados derrotados, um ódio implícito ou explícito que justifica e, até mesmo, enseja a persistência dessas políticas de aniquilação.

Tal como o ensaio de Ursula Le Guin (2021), mencionado no início deste texto, há um visível erotismo do heroísmo em nossas vidas. Histórias com protagonistas e antagonistas, vitórias e derrotas, vencedores e perdedores, conquistas e superações — tais políticas narrativas do heroísmo se acoplam muito bem ao ecossistema afetivo-cognitivo capitalístico, assim como aos modos moderno-coloniais de narrar ao mundo. Afinal, o que são as histórias capitalístico-coloniais se não as narrativas de grandes vitórias e conquistas dos heróis contra aqueles que foram derrotados? O que são as histórias capitalístico-coloniais se não enredos permeados pelo ódio ao inimigo que permite sua despersonalização completa em nossas histórias? Le Guin nos convida a uma experimentação radical, uma investigação que nos permita deslocarmos o próprio campo afetivo-cognitivo do heroísmo.

Em um artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 2015, Rodrigo Nunes provoca uma interessante reflexão sobre os encontros entre o nosso meio ambiente e o meio narrativo capitalístico. Ele parte de uma análise sobre a famosa frase “não existe almoço grátis”, muito utilizada por economistas, empresários e políticos para ilustrar o que seria a realidade contundente do mercado. Querem dizer, com isso, que a economia sempre cobra seu preço, ou seja, que existem impactos econômicos reais quando existe investimento por parte do Estado, por exemplo, em moradia, alimentação, saúde e educação, ou ainda quando o Estado subsidia bens de consumo e serviços, como combustíveis e energia elétrica. Nesse contexto, a frase “não existe almoço grátis” seria um mantra ou uma espécie de desfecho de impacto para encerrar uma discussão, pois, para aqueles que a dizem, evidenciaria uma realidade incontornável por ideais ou boas intenções. Diga-se de passagem, as vozes que enunciam essa frase são as mesmas que adoram repetir “não temos de dar o peixe, mas sim ensinar a pescar”. Rodrigo nos questiona: e se a realidade da economia não for a única a impor limites implacáveis à realidade de nossas vidas? Ele refere-se, mais especificamente, ao crescente impacto no nosso meio

ambiente de modelos de enriquecimento desenvolvimentistas que compreendem que a única forma de manutenção da nossa sociedade e do incremento de renda para populações pobres seria o aumento da produção e do consumo, ou seja, o incremento do capital em circulação. Assim, propõe o autor, os ecologistas que eram vistos como românticos quixotescos, passariam a ser vistos como realistas secos, ao passo que os economistas seriam sonhadores a delirar mundos sem limites nos quais a extração dos recursos sempre pode crescer mais.

São milhares de anos de um trabalho coletivo a unir as mais variadas formas de vida, incluindo as inanimadas, na construção desses gigantescos “bens” que consumimos. Se realmente formos traduzir tais eventos do mundo enquanto trabalho e bens de consumo ou serviços, como seria possível precificar tais produções de escalas inimagináveis? A lógica da mercantilização anda de mãos dadas com a da objetificação e com a do consumo. Ela é, também, uma política narrativa que invisibiliza o labor coletivo, a dimensão comum que dá emergência aos ecossistemas, sejam eles “naturais”, sociais ou subjetivos. Ao posicionarmos o consumo como mediador de nossas relações, perdemos de vista o caráter mágico da felicidade. Passamos a acreditar que toda a felicidade deve ser merecida, conquistada através de um ato de heroísmo. Com isso, desconsideramos a absoluta contingência do nosso meio, do nosso “aquário”, não percebemos como tudo isso que existe é despropositado, é sem razão de ser, é da ordem do cultivo e do dom, não da troca. É preciso desarmar a trampa da dívida para permitir vicejar outras narrativas que não busquem remeter as nossas experiências a uma inteligibilidade conforme os interesses que nos escapam. A crítica, para efetivar esse gesto de recusa àquilo que nos afeta sem que tenhamos conhecimento, precisa encontrar as condições de construção coletiva de outras maneiras de convivermos para além da culpa e do ódio.

A experimentação do salto do peixinho colapsa uma configuração corpo-narrativa-meio, permitindo inventar outro corpo-território (Benites, 2015), que se faz por uma atitude crítica de habitar o limite (Deleuze, 1997) da narrativa estabelecida — água/aquário. Atitude crítica que precisa ser compreendida não como gesto de boa consciência de um indivíduo extraordinário que, de uma posição de drone, de satélite ou de decalque (Deleuze & Guattari, 2000), totaliza a realidade e antecipa o futuro. Sustenta-se, sim, em uma posicionalidade crítica — crise e desnaturalização das estruturas estabelecidas — e clínica — acolhimento das tendências desviantes, invenção de outro si-mundo na deriva que o acontecimento porta.

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio** (2005). *Profanações*. Boitempo.
- Benites, Sandra** (2015). *Nhe'ë, reko porã rã: nhemboea oexakarẽ Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola* [Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC].
- Benjamin, Walter** (1993). Erfahrung. In *La metafísica de la juventud* (pp. 93-97). Paidós.
- Bruner, J.** (1997). *Atos de significação*. Artes Médicas.
- Calvino, Ítalo** (1990). *Seis Propostas para o Próximo Milênio: Lições Americanas*. Companhia das Letras.
- Costa, Luis Artur** (2020) Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. *Paralelo 31*. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/21006>
- Deleuze, G.** (1997). *Crítica e clínica*. Editora 34.
- Deleuze, Gilles** (2003). *Proust e os signos*. Forense Universitária.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix** (2000). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.
- Despret, V.** (2011). Os dispositivos experimentais. *Fractal*, 23(1), 43-58.
- Eugênio, F.** (2019). *Modo Operativo AND: teoria e prática*. Fadainflada. (Caixa Livro)
- Foucault, M.** (2015). *Qu'est-ce que la critique? suivi de La culture de soi*. Librairie Philosophique.
- Guattari, Félix** (2006). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34.
- Kant, Imanuel** (2009). Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? In *Da paz perpétua e outros opúsculos* (pp. 9-18). Edições 70.
- Krenak, Ailton** (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Kilomba, Grada** (2019). *Memórias da Plantação; episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Las Casas, Bartolomé** (1985). *O paraíso destruído*. L&PM.
- Le Guin, Ursula K.** (2021). *A teoria da bolsa de ficção*. N-1 edições.
- Mancuso, Stefano** (2019). *A Revolução das Plantas: um novo modelo para o futuro*. UBU.
- Manso, Bruno Paes** (2021). *República das Milícias*. GloboPlay/ Rádio Novelo. Podcast: <https://open.spotify.com/show/6rOkNL-T6HOZLD4syOMKZxv>
- Marx, K.** (1856/1974). "Discurso pronunciado en la fiesta de aniversario del Peolpe's Paper". In *Obras Escogidas de C. Marx y F. Engels* (Vol. 1, pp. 542-543). Editorial Progreso.
- Mbembe, Achille** (2020). *Políticas da inimizade*. N-1 Edições.
- Mills, Charles W.** (2021). O contrato de dominação. *Meritum*, 8(2), 15-70. <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2162>
- Passos, E., Eirado, A., Barros, L. M. R., & Sade, C.** (2018). A Entrevista Cartográfica na Investigação da Experiência Mnêmica. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 38(2), 275-290. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001772017>
- Simondon, Gilbert** (2020). *A individuação à luz das noções de forma e de informação*. Editora 34.

Stern, Daniel N. (1985). *The interpersonal world of the child. A view from psychoanalysis and developmental psychology*. Basic Books.

Viveiros de Castro, Eduardo (2015). *Metafísicas Canibais* — elementos para uma antropologia pós-estrutural. Cosac & Naify.

Varela, Francisco (1995). *Sobre a competência ética*. Edições 70.

Wallace, David Foster (2012). Isso é a água. In *Ficando longe do fato de estar ficando meio que longe de tudo* (pp. 263-275). Companhia das Letras.

Winnicott, Donald Woods (2019). *O brincar e a realidade*. Ubu.